

INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-147.908/2025

À DP4 – Supervisão Jurídica

Assunto: Dispensa de Licitação n.º 003/2025

Conforme Artigo 126, Inciso IX do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., é de competência do Controle Interno emitir parecer técnico sobre as contratações com fundamento no artigo 29 da Lei n.º 13.303/2016.

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno. Assim dispôs o retro mencionado diploma:

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., em obediência aos preceitos legais, emitiu a Instrução Normativa n.º 002/2012 em 03 de Setembro de 2012, para instituir as funções e atribuições do controle interno tendo como destaque:

A DIRETORIA EXECUTIVA da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

Considerando a necessidade de disciplinar as ações internas de controle,

RESOLVE

I – Instituir o Sistema de Controle Interno – SCI da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, na forma regulamentada pelo anexo desta Instrução Normativa.

II – Definir que esta instrução normativa entre em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Por fim, foi realizada a nomeação, através da Portaria n.º 001/2025 de 10 de Janeiro de 2025, de funcionário para o exercício da função de Controlador Geral. As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

DO RELATÓRIO:

1 – DA FASE INTERNA:

1.1 – Da Instrução do Processo Administrativo:

Trata-se da análise prévia do Processo Administrativo nº 01-147.908/2025 relativo ao processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2025, realizado pela CURITIBA S.A., que tem como objeto **a contratação de empresa para prestação de serviços de medicina do trabalho para atendimento das necessidades da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA**

S.A, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência do respectivo processo administrativo.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

1. Estudo Técnico Preliminar
2. Termo de Referência consolidado com as devidas considerações e justificativas
3. Pesquisa de Mercado
4. Autorização para Licitar
5. Portaria de Nomeação de Pregoeiro
6. Declaração de Mercado
7. Declaração de Bem Comum
8. Declaração de Recursos
9. Minuta de Contrato

É o sucinto relatório.

1.2 – Da Análise Jurídica:

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Supervisão Jurídica será invocada para emissão de parecer e análise jurídica quanto ao cumprimento das exigências legais e observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, para verificação do atendimento das exigências contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. bem como em relação a legislação correlata aplicada.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Prefacialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o RILC e a legislação vigente, incumbe a essa Controladoria emitir parecer sob o prisma estritamente técnico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração.

Evidencia-se que a análise aqui realizada se restringe a verificar, do ponto de vista técnico formal, a regularidade para realização de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço por Item, do objeto supracitado. Quanto aos requisitos a serem observados na fase preparatória de contratações diretas foram estabelecidos no artigo 126, do RILC, que assim dispõe:

Art. 126 *O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

- I - numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;*
- II - caracterização do objeto e da circunstância de fato ou de direito que autorizou o afastamento da licitação;*
- III - autorização da autoridade competente;*
- IV - indicação do dispositivo da legislação aplicável;*
- V - indicação dos recursos orçamentários para a despesa;*
- VI - razões da escolha do contratado;*
- VII - proposta, justificativa do preço e, conforme o caso, a apresentação de orçamentos, de consultas aos preços de mercado, cópias de notas fiscais ou cópias de contratos;*
- VIII - consulta prévia ao respectivo cadastro, das empresas que estejam cumprindo penas de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a CURITIBA S/A;*
- IX - parecer técnico do Controle Interno, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;*

X - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

XI - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

XII - Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas, a CNDT expedida pela Justiça do Trabalho.

XIII - Prova de regularidade relativa aos Tributos Municipais mediante a apresentação da Certidão de Regularidade dos Tributos Municipais da Sede da licitante, incluindo tributos mobiliários e imobiliários.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Dispensa de Licitação, com amparo no Regulamento, conforme dispositivo abaixo transcrito, haja vista, tratar-se de aquisição de serviços e compras de valor até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), senão vejamos:

Art. 122 É dispensável a realização de licitação pela CURITIBA S/A:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) e para alienações desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização do certame tem a autorização da autoridade competente, que devidamente delimitou o objeto e

justificou a necessidade da aquisição do objeto, além disso, resta demonstrado a viabilidade para a realização do certame, bem como foram juntados os elementos descritos no artigo 126 do RILC.

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, opina-se pelo prosseguimento do feito. Segue os autos para a Supervisão Jurídica para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Davidson José Moulepes
Controle Interno

Curitiba, 11 de Junho de 2025.